

TRABALHO, CAPITAL, AQUECIMENTO GLOBAL

Mercados de Carbono versus Emprego Climático

CES – Coimbra, 10 Março 2016

Perspectiva da CGTP-IN sobre Empregos Verdes

Giorgio Casula - Departamento para o Desenvolvimento Sustentável

Introdução

Algumas notas: O que apresento aqui são reflexões que representam em parte posições da CGTP-IN, mas também questionamentos do nosso Departamento para o Desenvolvimento Sustentável interpelações que, como assessor, tenho a função de colocar para contribuir na reflexão e orientação da central. Para começar, lembro-me que nos anos 70 e 80, quando eu era um jovem militante operário, não se acreditava na veracidade e importância do que defendiam os ecologistas que na altura achávamos utopistas. Mesmo se partilhávamos a luta contra o nuclear e pela paz, muita gente se ria das pequenas eólicas e a forma de vida respeitando o ambiente, criando a agricultura bio...etc. Podemos ver agora o quanto tinham razão e como as ideias deles foram agora recuperadas pelo sistema capitalista e transformadas em business!

Por fim, quando preparei esta intervenção li que alguém, crítico da chamada economia verde, escreveu em 2012 que o que começou na Conferência Internacional de RIO em 1992 e que se reforçou nas conferências seguintes mais não é que uma “nova fase” do Capitalismo¹, porque conseguiu centrar sempre os acordos sobre a economia sem interromper a ideia de crescimento ilimitado, admitindo questões que para os capitalistas são secundárias como o ambiente, a pobreza, a fome ou os direitos sociais! Podemos perguntar-nos se não será verdade!

Resultados da COP 21

Antes de abordar o que achamos dos “Climate Jobs” quero também eu abordar a posição da CGTP-IN sobre os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, de Dezembro 2015 (COP 21) e que possa a resumir². Foi feito um diagnóstico e adoptado um acordo, o Acordo de Paris, para vigorar a partir de 2020, que não responde à necessidade de fazer baixar os níveis de dióxido de carbono (CO₂) para que a subida da temperatura média da Terra não continue a crescer de forma insustentável, a qual põe em causa o futuro do planeta.

O acordo a que se chegou fica muito aquém das possibilidades e das necessidades. Desde logo, porque as metas traçadas não são vinculativas, pois não está previsto qualquer mecanismo de fiscalização na sua aplicação. A dita partilha de responsabilidades de forma diferenciada, consoante a situação dos Estados é uma fórmula ambígua e, por outro lado, não foi definido claramente como alimentar o Fundo de apoio de 100 milhões de dólares por ano para os Estados mais necessitados.

A não haver uma inversão das políticas, os países pobres e em desenvolvimento irão sofrer, com o caminho aberto de tornar o ambiente um negócio extremamente lucrativo para as multinacionais e para que os países ricos (poluidores) não tenham que pagar a factura. O mercado de compra e venda da produção de dióxido de carbono representa, em si mesmo, um paradoxo nesta luta de redução de CO₂, permitindo aos países ricos continuar a poluir, ao mesmo tempo que penaliza os países mais pobres, que são os que menos poluem. A CGTP-IN está totalmente contra este mercado de CO₂!

Neste quadro, a CGTP-IN, nas linhas gerais, defende o desenvolvimento económico com baixa emissão de carbono e eficaz em termos de recursos, que não coloque em causa o planeta e assegure uma nova ordem económica internacional, mais justa para os trabalhadores e os povos e defende que a transição para uma economia de baixo consumo de carbono não deixe de garantir o emprego e o direito ao trabalho com direitos.

¹ A economia verde é o novo Consenso de Washington? - Campanha Não a Economia Verde / Fórum Social Temático – 10 de Abril 2012

² Moção “Por uma Planeta mais são e justo”, XIII Congresso da CGTP-IN, 26-27 Fev. 2016

O Desenvolvimento Sustentável e as ODS

Por isso, o Desenvolvimento Sustentável, como enquadramento de uma nova ordem económica, nos parece uma referência aceitável, a partir da qual os sindicatos podem contribuir de forma activa na defesa do Clima! Com efeito, toda a gente concorda que o nosso sistema económico tal como está, baseado no crescimento ilimitado e utilização incontrolada dos recursos naturais não pode continuar. Assim, defendemos a complementaridade entre as necessidades de crescimento económico, a defesa do ambiente e o respeito pelos aspectos sociais e humanos que são o que os ambientalistas, sindicatos e outros movimentos sociais arrancaram nas conferências internacionais, ou será que formos enganados? Além disso, consideramos que o desenvolvimento sustentável tem de ser aplicado urgentemente em qualquer plano nacional ou territorial e deve necessariamente ter conta dos aspectos sociais e económicos locais, da cultura e das tradições locais e pedir a opinião de todos os intervenientes.

Por outro lado, ao nível internacional também ficou convencionado que o desenvolvimento económico sustentável responda à outras prioridades e necessidades que foram traçadas na Agenda da ONU para 2030: os ODM - Objectivos para o Desenvolvimento do Milénio, que passaram agora a aos ODS - Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, que são 17 e que têm um total de 169 Metas. A CGTP-IN foi convidada e faz parte da Comissão Organizadora da Consulta Pública que se vai realizar entre Abril e Setembro sobre as condições de aplicabilidade destes ODS em Portugal. Os sindicalistas poderão seguramente contribuir no que diz respeito a muitos Objectivos como os do trabalho digno, a saúde, a igualdade de Género, as Energias Renováveis, redução das desigualdades, protecção do clima, natureza, etc.

As mudanças climáticas colocam-nós diante grandes desafios

Uma parte da Conferência Internacional do Trabalho de 2013 foi dedicada ao Desenvolvimento Sustentável, trabalho digno e empregos verdes³. No Relatório desta discussão, foram definidos estes pontos de partida que, em si, são verdadeiros desafios para todos os sectores da sociedade:

1. Tornar a economia sustentável do ponto de vista ambiental deixou de ser um opção para ser uma necessidade;
2. A degradação ambiental põe em perigo os resultados económicos;
3. Os problemas sociais não resolvidos agravam a complexidade dos desafios ambientais;
4. Uma maior sustentabilidade ambiental pode estimular o investimento, o crescimento económico e a criação de emprego;
5. A compreensão da dinâmica dos mercados de trabalho é essencial.

São desafios porque? Porque o impacto das mudanças climáticas e as reestruturações que estes objectivos exigem têm repercussões económicas, estruturais e sociais, que dizem respeito a todos os cidadãos e o seu futuro! Os fenómenos ambientais provocam custos devido às inundações, secas, as tempestades provocam danos para obras de reparação, para custos de produções agrícolas perdidas, habitações perdidas, realojamento, abastecimento de água e bens alimentares, custos sociais, aumentam as migrações internas e externas etc. Algumas zonas do globo estão mais atingidas que outras : zonas costeiras, zonas interiores. Mas também em Portugal já sofremos estas mudanças mesmo se estão com uma menor dimensão.

Mas o objectivo de reduzir o CO2, reduzir o uso de energia, obriga a reconversões tecnológicas e estruturais nas empresas, criar edifícios mais amigos do ambiente, controlar mais as quotas de pesca, usar as novas tecnologias mais limpas.

Estas reconversões vão provocar redução de emprego, mas por outro lado haverá criação de empregos em resposta a estas novas exigências climáticas, daí o interesse de defender os “climate jobs” ou “empregos verdes”. **Por isso, estas decisões estratégicas e estruturais devem ser discutidas com todos os intervenientes e não impostas! Os desafios dizem respeito a todos os sectores da sociedade e tem que ter conta da dimensão social, territorial e cultural!**

³ Conferência Internacional do Trabalho, 102ª Sessão, Relatório V, 2013

Novos empregos e novos sectores de actividades

Estas novas necessidades são tantas oportunidades para as empresas multinacionais mas também as Micro e PMEs e, através delas, a criação de emprego. Fala-se muito das empresas de produção de energias, a água e o mar, a agricultura e floresta, mas todos os sectores serão obrigados a responder às novas exigências ambientais. Temos que defender que é um investimento para o futuro e não um custo, como para a segurança e saúde no trabalho!

As necessidades de qualificações estão já alargar e vão completar ainda mais as ofertas das empresas de formação! Nas áreas tradicionais de transportes, construção, produção de materiais de isolamento, de produção individual de energia. Nas áreas ambientais: biologia; engenharia ambiental; sociologia e psicologia do ambiente; trabalho na selecção e triagem de resíduos e sua reutilização na biomassa; o eco-compostagem; o eco-design; planeamento energético; advocacia ambiental; saúde ambiental; informação e investigação; turismo ambiental; agricultura e preservação das florestas; jardinagem e cozinha biológica.... etc.

A TRANSIÇÃO para uma economia sustentável

Por estas razões a “Transição para uma economia sustentável”, é o maior desafio que temos de enfrentar na sociedade actual, em todos os sectores e em todos os níveis de governação, incluindo com os parceiros sociais e a sociedade civil em geral!. É um processo de que ainda se fala pouco em Portugal, mas alguns países já estão mas adiantados, incluindo com a participação dos parceiros sociais e não se fala de um plano territorial sem se falar das exigências sociais, económicas, educativas e culturais.

Trata-se de mudar de paradigma de desenvolvimento: *Contrariamente à outras revoluções económicas, desta vez as medidas não são unicamente de tipo meramente tecnológica ou económica. O reforço do bem-estar da população mundial deve fazer parte integrante do processo de desenvolvimento sustentável. Esta mudança de paradigma implica que, para poder dominar os riscos ambientais, devemos reforçar a equidade social e o bem estar de toda a humanidade!*⁴

Pensar na Transição é pensar em equilíbrios que teremos de assegurar: entre rural/urbano; investimentos/custos; perdas de emprego/criação de emprego; respeito do ambiente/crescimento económico; poluir menos/pagar taxas. É como a Fiscalidade Verde: Quem paga os custos das energias renováveis ? As empresas, os consumidores? Quem paga os custos a universalidade da água? Da gestão dos resíduos? Das novas exigências ambientais na construção das novas casas ou nas recuperação ambiental dos edifícios ?

Trata-se das escolhas entre, por exemplo:

- Reduzir a pobreza e o desemprego e gastar mais dinheiro em protecção do ambiente;
- Meter uma barragem aqui ou ali, sem ver o impacto ambiental e o impacto social;
- Escolher entre as OGM, que parecem exigir menos mão-de-obra e permitem grandes produções úteis hoje nalguns países cheios de famintos OU as sementes naturais que protegem mais a saúde e parecem exigir mais mão de obra;
- Aceitar o TTIP, sob pretexto de alargar os mercados de algumas empresas e perder poder na aplicação das normas de segurança e ambientais e na resolução dos problemas com tribunais que serão independentes e não nacionais;
- Admitir ou não a energia nuclear porque é considerada como renovável e porque, nalguns países, mesmo os sindicatos não querem fechar por causa dos empregos criados (ex: França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica);
- Aceitar o Gás de Xisto, por ser um gás “natural” e esquecer que para o produzir são usados vários químicos na água projectada sob forte pressão, poluindo assim os lençóis freáticos de uma região inteira?
- Para ficar menos dependentes ao nível energético, procuramos o petróleo no Algarve mesmo se isto terá efeito de poluição nas águas e afastar os turistas, OU preferimos apostar noutras fontes de energia renovável e aumentar a produção de peixe em aquacultura com água do mar e preferimos não afastar os turistas?

⁴ Promouvoir la Santé et la Sécurité dans une Economie Verte, p3, OIT, 2012

Mas estas decisões não exigem escolher entre “branco e preto”. As soluções exigem reflexões profundas e envolver todos os intervenientes: não só os decisores, mas também os que produzem e os que usufruem ou suportam os impactos destas decisões! A sociedade civil tem que intervir! As populações tem que participar nestas decisões e interpelar se necessário como fizeram agora no movimento contra a exploração de petróleo ou gás de Xisto em diversas regiões do País . Está agora chamada a contribuir, temos que lhe dar os meios de perceber o que está em jogo e dar uma opinião! (Consulta ODS). Desde o nível local ao nível internacional!.

Economia Verde – Crescimento Verde e Empregos Verdes

Infelizmente, sob pretexto de contribuir para o Desenvolvimento Sustentável, estamos também a contribuir para uma nova expansão dos sistema capitalista e da economia de mercado! E os mais pobres pagam ainda para os mais ricos! Por isso, seria bom reflectir sobre o “de-crescimento” defendido por algumas associações. Mas então que seja só aqui nos países ditos desenvolvidos, com um certo nível de riqueza e de bem-estar que se pode agora REDISTRIBUIR de forma equitativa entre ricos e pobres e entre países mais ou menos desenvolvidos.

Por isso, não aceitamos o “Verdeamento” que está a ser feito, quando se fala de economia verde, quando o último Governo, PSD/CDS, define uma política de Crescimento Verde, sem falar com os parceiros sociais nem a sociedade civil e depois quer fazer aplicá-la! Não aceitamos o “Greenwashing”, que muitas empresas fazem para publicitar os seus produtos, simplesmente porque não usam tal ou tal produtos químico ou porque respeitam uma série de regras ambientais ou certificados ambientais.

Mas é preciso desmistificar os sectores verdes e os empregos verdes! Antes de tudo é preciso desmistificar a ideia que só as empresas que trabalham para produzir energias renováveis ou em favor do ambiente são verdes! Em todos os sectores, as empresas deveriam transformar-se em “empresa verde”! E isto se pode verificar se a empresa: Reduz o consumo de energia e a utilização de matérias primas naturais; reduz a emissão de gás com efeito de estufa; limite os resíduos e desperdícios; limite ou elimina o uso de produtos químicos; reduz ou elimina a poluição; protege os ecossistemas⁵.

Mas isto não chega! A CGTP-IN apoia a criação de Empregos Verdes

Por isso a CGTP-IN apoio a a Campanha “Climate Jobs” em Portugal. Mas, na CGTP-IN entendemos que os empregos ditos “verdes” são os que respeitam os princípios do Desenvolvimento Sustentável e por isso: Que a empresa respeita os 3 grandes princípios do desenvolvimento sustentável na empresa, sobre os aspectos económicos, ambientais e sociais, o que inclui as condições de trabalho digno e decente tal como defendido pela OIT. *“Trabalho digno que contribui directamente para reduzir o impacto ambiental das empresas, dos sectores económicos ou da economia em geral, reduzindo o consumo de energia e de recurso, a emissões, os desperdícios e a poluição, preservando ou recuperando os ecossistemas. Os empregos verdes têm de ser empregos dignos, o seja bons empregos que garantem salários adequados, condições de trabalho seguras, segurança de emprego, perspectiva de carreira razoáveis e direitos laborais”*⁶.

Assim, as condições para um trabalho digno e verde podem existir em qualquer sector de serviços, indústrias ou empresas agrícolas! Neste quadro importa também desmistificar a ideia que as ditas empresas da economia verde respeitam todos os princípios de desenvolvimentos sustentável, porque muitas delas não respeitam as condições de segurança e saúde dos trabalhadores. De facto, temos que ter em conta que os Riscos para a SST estão em todas as fases desta a fabricação. O documento da OIT “Promover a segurança e saúde numa economia verde”, que já referi⁷, refere que as tecnologias utilizadas podem proteger o ambiente, mas não estão seguras. Por exemplo no sector das energias renováveis, os fabricantes de painéis fotovoltaicos precisam de mais de 15 materiais perigosos. Na fabricação de eólicas os trabalhadores estão expostos a produtos químicos, tanto na produção como na instalação e manutenção. No sector da reciclagem, sector que emprega muitos trabalhadores pouco qualificados, existem frequentemente problemas de lesões ou envenenamento devido às materiais que compõem os aparelhos reciclados,...

⁵ Programme de l'OIT pour les emplois verts, Mars 2009.

⁶ Promouvoir la Santé et la Sécurité dans une Economie Verte, p1, OIT, 2012

⁷ id.

O OSHA – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, no seu Relatório “Empregos Verdes, Segurança e Saúde no Trabalho”⁸, denuncia as quedas dos trabalhadores em operações de instalação e manutenção das eólicas, mas também alguns riscos com os produtos químicos utilizados na fabricação das palas, que provocam alergias. No sector do tratamento de resíduos e reciclagem, os trabalhadores manipulam produtos com substâncias tóxicas como por exemplo o Lítio das baterias de carros eléctricos ou o mercúrio nas lâmpadas económicas. Os produtos derivados de nanotecnologia, de que os efeitos estão ainda poucos conhecidos.

Por isso, a CGTP-IN está a favor dos empregos climáticos e empregos verdes mas não com quaisquer condição!

Através da acção de sensibilização e de formação do Departamento para o Desenvolvimento Sustentável, incentivamos a participação dos delegados sindicais e dos RT's - Representantes para a saúde e segurança no trabalho, eleitos pelos trabalhadores, para que defendem a aplicação de medidas em defesa do ambiente e que sejam aplicadas as 3 grandes dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido defendemos que as empresas os convidam na hora de decidir medidas e planos ambientais, para serem implicados na reflexão e não só convidados a aplicar o que foi decidido pela direcção. Assim podem contribuir na avaliação da eficácia das medidas; obter apoios para incentivar os trabalhadores; estimular o pensamento e novo comportamento pro-ambiental; melhorar os procedimentos operacionais e acompanhar a aplicação das decisões;

Este trabalho é muito lento, para consciencializar as pessoas, par sensibilizar os sindicalistas de forma a que sejam informados e qualificados para intervir nas empresas e nos cadernos reivindicativos!

Os cidadãos parecem estar um pouco mais sensibilizados mas ainda não mudaram a sua visão dos transportes individuais e da separação dos resíduos. Nalgumas empresas esta mudança ainda reflecte mais uma estratégia de marketing e não um novo espírito e novo funcionamento.

Agora, com estas exigências climáticas cada vez mais urgentes, esperamos que os comportamentos mudam mais depressa, a bem da economia e do ambiente ! ♦

⁸ Green Jobs and Occupational on Occupational Safety and Health – Foresight on new and emerging risks associated with new technologies by 2020, OSHA, 2013